

DOIS MODELOS FORMATIVOS  
“DISSIDENTES” NA FORMAÇÃO  
SUPERIOR DE BIBLIOTECÁRIOS E  
ARQUIVISTAS EM PORTUGAL:  
OS CASOS DO ESTÁGIO DE ARQUIVISTAS  
(1913-1918) E DO CURSO DE  
BIBLIOTECÁRIO-ARQUIVISTA (1931-1936)

*Two “dissident” training models for the higher  
education of librarians and archivists in Portugal:  
the cases of the Archivists Internship (1913-1918)  
and the Librarian-Archivist Course (1931-1936)*

DIOGO ANTÓNIO CORREIA VIVAS

*diogoantoniovivas@gmail.com*

*Universidade de Coimbra, CEIS 20*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6118-876X>

DOI

[https://doi.org/10.14195/0870-4112\\_3-7\\_7](https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-7_7)

*Texto recebido em / Text submitted on: 30/09/2020*

*Texto aprovado em / Text approved on: 03/03/2021*

**Biblos.** Número 7, 2021 • 3.<sup>a</sup> Série

pp. 139-166

**RESUMO.**

O Estágio de Arquivistas (1913-1918) e o Curso de Bibliotecário-Arquivista (1931-1936) constituíram dois momentos de *dissidência* face ao modelo tradicional de formação então instituído. Pretende-se compreender o surgimento destas propostas formativas, contextualizando-as na época; analisar a sua organização e funcionamento, o programa formativo, o corpo docente e verificar os resultados obtidos. Sob a égide da Inspeção Superior, lecionados na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo por funcionários destas instituições, os programas formativos, marcados ainda pela perspectiva historicista, evidenciam já um acentuar do tecnicismo. Duas experiências/dissidências, que permitiram a formação de um conjunto significativo de profissionais, em linha com o ensino ao nível internacional.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação; Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos; Formação; Estágio de Arquivistas; Curso de Bibliotecário-Arquivista.

**ABSTRACT.**

The Archivists Internship (1913-1918) and the Librarian-Archivist Course (1931-1936) were two moments of *dissent* when compared to the traditional training model instituted at the time. I intended to understand the emergence of these formative proposals, placing them into its context; to analyse its organization and functioning, the curricula and the faculty staff, as well as to evaluate its results. The curricula, while still characterised by the historicist perspective, already emphasised the technicality, being taught at the National Library and the National Archive by the employees of these institutions under the auspices of the Higher Inspectorate. These two experiences/dissents allowed the formation of a large number of professionals, in line with education at an international level.

**Keywords:** Information science; Higher Inspectorate of Libraries and Archives; Training; Archivists Internship; Librarian-Archivist Course.

## INTRODUÇÃO

“Dissidência”, de acordo com o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (Machado, 1977: 347), encontra a sua raiz etimológica no latim (*dissidentia-ae*), com o significado de “oposição, desacordo (entre as coisas)”. Segundo o *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa* (Houaiss; Vilar, 2015: 1450), expressa “desavença, conflito; ato de separar-se (uma parcela de um grupo, agremiação, partido, etc.) em virtude de divergência de opiniões; cisma; cisão”.

Com efeito, exprime aquilo ou aquele que diverge de algo; que não concorda ou está em desarmonia; que se coloca à margem, afasta e/ou se separa. Portanto, um largo espectro de atitudes e comportamentos, em desacordo, face a uma ordem estabelecida, as quais se podem manifestar do simples desapego até à cisão, sinal de uma clivagem mais profunda.

Nesse sentido, a temática sobre a qual incide este trabalho encontra precisamente eco nesta expressão de desarmonia, divergência, oposição e, em certa medida, separação, quando falamos na formação de arquivistas e bibliotecários em Portugal. Durante um largo espectro cronológico compreendido entre 1887 e 1982 – respetivamente, datas de fundação e de extinção –, o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista (CBA) deteve, quase em exclusivo, a atribuição da formação de bibliotecários e arquivistas em Portugal. De facto, quase exclusivamente, não fossem outras experiências formativas como o Estágio de Arquivistas (EA), criado em 1913; o Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, fundado em 1969, na dependência da D. G. do Ensino Superior e das Belas-Artes, ou a experiência, dir-se-ia audaz, de organização e funcionamento do próprio CBA, ao sair da tutela universitária para funcionar sob a égide da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos (ISBA).

O tema que nos propomos tratar versa precisamente sobre dois desses momentos de *dissidência* relativamente ao modelo tradicional de formação então instituído: o EA, entre 1913 e 1918, que funcionaria em paralelo com o curso ministrado em contexto académico, e o CBA, entre 1931 e 1936, no único momento em que o curso sairia da esfera universitária desde a sua criação em 1887, ambos sob a tutela científica e administrativa do órgão coordenador.

Situados cronologicamente entre a Primeira República e a institucionalização do Estado Novo, pretende-se compreender o surgimento destas duas propostas formativas, contextualizando-as na sua época: uma, complementar; a outra, ainda que na senda do modelo tradicional, com características diferentes relativamente ao *modus operandi*; analisar a organização e funcionamento de ambas, detetando divergências ou pontos de contacto; verificar o programa formativo, situando-o comparativamente com outras propostas a nível internacional; apresentar o corpo docente de ambos os cursos e, por último, os resultados obtidos por estas duas soluções formativas.

## **1. A FORMAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

O surgimento e consolidação da Ciência da Informação (C.I.) dá-se no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, concretamente na década de sessenta do século XX (Araújo, 2018: 18). Contudo, considerando a Arquivística e a Biblioteconomia como saberes deste campo disciplinar, cujo objeto de trabalho e de estudo é a informação, deve-se recuar aos finais do séc. XIX para encontrar as suas raízes mais remotas (Silva; Ribeiro, 2008: 45-46).

Com efeito, na base da perspectiva epistemológica enunciada no parágrafo anterior, tal como a C. I. beneficiou de todo o património empírico acumulado ao longo, sobretudo, do século XX, “repensando-o e inserindo num quadro epistemológico e teórico que dá sustentação a um novo paradigma”, também a formação e os diferentes modelos e práticas formativas ao longo dos tempos foram assimilando esses contributos (Silva; Ribeiro, 2008: 129).

### **1. 1. OS MODELOS FORMATIVOS PRECEDENTES**

A formação inicial acontecia *em serviço*, ou seja, pelo exercício quotidiano, tutelada por funcionários de maior categoria, idade e experiência, onde adquiriam as necessárias competências para o desempenho das suas funções, especialmente nos arquivos e bibliotecas nacionais, num modelo surgido com a Revolução Francesa e que se disseminou ao longo dos séculos XIX e XX (Silva; Ribeiro, 2008: 130).

A par deste modelo, fruto da renovação historiográfica em curso no século XIX, deu-se o aparecimento de escolas, destinadas a habilitar os formandos com conhecimentos indispensáveis ao seu desempenho profissional (Silva; Ribeiro, 2008: 130). Ao contrário do modelo anterior que constituía mais uma via de acesso ao desempenho profissional, o aparecimento destes centros de formação, como a paradigmática *École de Chartes*, fundada em Paris, em 1821, destinada à formação de arquivistas-paleógrafos, disseminou um modelo formativo que viria a ter uma influência notável em toda a Europa (Silva; Ribeiro; Ramos; Real, 2009: 108).

Concomitantemente, ao nível académico, ainda que tardiamente, começa a surgir formação específica para arquivistas e bibliotecários, embora limitada a algumas disciplinas integradas em cursos de diferentes áreas, sobretudo de história, dado o carácter de “ciência auxiliar” que marcou a Arquivística da segunda metade do século XIX (Silva; Ribeiro, 2008: 132).

Não obstante a diversidade de modelos e práticas, a matriz historicista marcou (e viria a marcar ao longo de quase um século) de forma bastante acentuada os diferentes programas de estudos, num modelo que se alargará aos países de influência europeia e aos Estados Unidos da América (Couture; Martineau; Ducharme, 1999: 8). Entre as propostas formativas mais direcionadas para a erudição histórica (*École de Chartes*) ou vocacionadas para a administração dos arquivos estatais (escolas de arquivística e paleografia italianas), o grande salto qualitativo será a institucionalização da formação no contexto universitário, ao longo do século XX, caracterizado pela heterogeneidade, não apenas dos programas de formação (generalistas ou mais especializados), mas também pela coexistência de modelos de formação mais tradicionais, face a outros de pendor mais técnico/tecnológico (Estermann-Wiskott, 1997: 236).

## **1. 2. O CASO PORTUGUÊS**

O desenvolvimento do positivismo durante a segunda metade do século XIX, veiculando a verificação documental como base metodológica na análise histórica, contribuiu para que os arquivos adquirissem uma posição instrumental

face à paleografia e à diplomática, disciplinas em ascensão desde os finais do século XVIII.

De facto, muitos arquivistas tinham formação em diplomática, exercendo-a no seu trabalho específico, numa expressão da afinidade entre as tarefas do arquivista e do diplomata. Em Portugal, a introdução destas matérias no ensino universitário deu-se em 1796, com a criação da Aula de Diplomática, anexa à Universidade de Coimbra, tendo como primeiro professor João Pedro Ribeiro. Porém, a ligação à prática, isto é, a evidência de que um ensino efetivo não seria possível sem um conhecimento da paleografia, determinou a sua transferência para a Torre do Tombo, em 1801, onde ficaria a funcionar e a constituir formação obrigatória para todos os que pretendiam vir a trabalhar em arquivos (Silva et. al., 2009: 108).

Nas palavras de Ribeiro (2006: 5) “passa-se da prática à teoria e ao ensino, mas num contexto onde se podia, de facto, continuar a exercer a atividade concreta, como forma de aplicação dos conhecimentos adquiridos”. A institucionalização do ensino será a primeira etapa de um percurso que terá a sua grande alteração estrutural no último quartel da centúria, com a formação ao nível superior através da criação de “um curso de instrução superior, denominado de bibliotecário-arquivista” (decreto de 29 de dezembro de 1887 – art.º 13) destinado à formação de pessoal especializado para o desempenho de funções em bibliotecas e arquivos.

A nova formação integrava um leque de disciplinas de âmbito geral bem como um conjunto de cadeiras específicas (Diplomática, Numismática e Bibliologia), ministradas, as primeiras, no Curso Superior de Letras (CSL) e, as últimas, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e na Biblioteca Nacional (BN) (art.ºs 13 e 14). Neste âmbito, deve-se assinalar o carácter inovador da proposta formativa, não só pelo pioneirismo do curso, dado que Portugal foi dos primeiros países, ao nível europeu, a instituir a formação no meio universitário, mas sobretudo pela ligação da formação profissional à formação superior universitária, com a integração, num só curso, de profissionais da mesma área técnica e científica (Ribeiro, 2008: 23).

Por decreto de 24 de dezembro de 1901, uma reforma legislativa irá introduzir alterações na estrutura e organização CBA, passando o curso a

ter a duração de 3 anos e um maior número de disciplinas, com especial referência para a inclusão da Paleografia no leque das disciplinas específicas.

Um regulamento especial, previsto no decreto inicial e que viria a ser publicado no ano seguinte, definiu pormenorizadamente a organização e funcionamento das diferentes disciplinas: todas lecionadas no CSL, à exceção de Paleografia e de Diplomática, que seriam ministradas no ANTT e, de Bibliologia e de Numismática, que funcionariam na BN, regidas por técnicos de ambas as instituições (art.º 24 do decreto de 1901).

De acordo com Ribeiro (2008: 40) “a extinção da Inspeção como organismo autónomo e a submissão das suas competências ao Bibliotecário-mor não parecem ter alterado substancialmente a forma de funcionamento nem a sua ação desenvolvida em prol das bibliotecas e arquivos portugueses”. Porém, o mesmo não se poderá dizer do CBA, sobre o qual Pedro de Azevedo e António Baião se pronunciaram criticamente: “o curso de bibliotecário-arquivista foi instituído a imitação dos cursos similares franceses e hespanhoses, sem todavia atingir o numero de disciplinas que naqueles países é exigido” (Azevedo; Baião, 1989: 210). De facto, apesar da novidade da proposta de formação conjunta de bibliotecários e arquivistas, as lacunas na formação técnica motivada pelo excesso de disciplinas gerais, em detrimento das específicas, ditou um reduzido número de alunos aprovados em exames.

Tomás Lino da Assunção, numa *Memória* (Assunção, 2004: 42) datada de 1892, referia que “à data d’esta memoria apenas existe em Portugal um único individuo habilitado com este curso”. Volvidos 13 anos sobre a apresentação desses dados estatísticos, Azevedo e Baião (1989: 210) indicavam que “até agora só concluíram esse curso três individuos havendo ainda um quarto a quem foi passada a respectiva carta debaixo de informação favorável do Conselho Superior de Instrução Pública”.

Criado em 1887 e remodelado em 1901, o CBA continuava a ser, em vésperas da implantação da República, a única formação que habilitava ao desempenho nas bibliotecas e arquivos do Estado. Porém, decorridas quase duas décadas sobre a sua entrada em funcionamento, contava apenas com 4 diplomados, sintoma da falta de interesse dos alunos pela formação e da incapacidade em satisfazer as necessidades de formação pessoal qualificado.

## 2. O ESTÁGIO DE ARQUIVISTAS (1913-1918)

A implantação da República trouxe alterações significativas ao nível dos diferentes setores da Administração Pública. Entre outros, um dos aspetos visados pelo ímpeto reformista do novo regime foram os arquivos e bibliotecas que funcionavam sob a tutela do Estado com a redefinição, por parte do Ministério do Interior, de toda a organização e funcionamento dos “serviços das Bibliotecas e Archivos Nacionaes” (decreto de 18 de março de 1911).

Em 1913, com a criação do Ministério da Instrução Pública, além da mudança de tutela e da transferência de competências para a recém-criada Repartição de Instrução Artística, o novo quadro legislativo não trouxe alterações de monta às orientações estabelecidas pelo decreto de 1911. A par destas reformulações do quadro legal, também a direção da ISBA sofreu alterações na sua composição, com a substituição de Gabriel Pereira, falecido em 1911, por Júlio Dantas, no cargo de Inspetor Superior, a 18 de maio de 1912.

A ação do novo Inspetor imprimiu uma nova dinâmica à instituição, que até então não tivera e cuja atividade se pode sintetizar, em traços gerais, no incremento de política incorporacionista (primeiro centralizada no ANTT para dar lugar à descentralização dos acervos, com a criação dos arquivos distritais); na promoção de trabalhos de natureza técnica; numa política de acesso à informação e, por último, na necessidade de formação de pessoal técnico especializado.

De facto, com a criação da Universidade de Lisboa, em 1911, que ditou a integração do velho CSL na nova instituição, também o CBA passa para a esfera universitária, equiparando as suas cadeiras às da recém-criada Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), à qual doravante competia a organização do curso (Ribeiro, 2008: 96). Contudo, estava longe de satisfazer as necessidades formativas do país nesta área. Reformulado ao longo dos anos, permaneceu, contudo, a matriz historicista e patrimonialista que o caracterizou desde a sua criação, em 1887 (Silva; Ribeiro, 2008: 142): um curso excessivamente teórico, composto por um vasto leque de disciplinas “complementares”, em detrimento de uma diminuta componente técnica (bibliologia, paleografia, diplomática e numismática), influenciaram a reduzida frequência e o elevado abandono escolar do curso, ou seja, que poucos profissionais se encontrassem habilitados com o mesmo.



Como tal, dado que o CBA não respondia às exigências da formação de pessoal qualificado com vista ao tratamento dos arquivos e bibliotecas do estado, Júlio Dantas implementou um curso essencialmente prático, estruturado de acordo com um programa de formação cujos conteúdos estavam em linha com o que de mais atualizado se praticava a nível internacional: o EA.

Na linha política delineada, a criação do EA, por decreto n.º 130 de 1913, tinha por objetivo a “organização e o inventário das coleções arquivadas nos diferentes Ministérios”, bem como a “instalação dos arquivos das Secretarias de Estado, em edifício especial em Lisboa, ou fora de Lisboa”, dando cumprimento ao preconizado no n.º 7 do art.º 27 do decreto de 18 de março de 1911.

## **2. 1. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Em estreita colaboração com António Ferrão, Chefe da Repartição de Instrução Artística – elemento chave na ligação com o recém-criado Ministério da Instrução Pública, e que mais tarde viria a ser Subinspetor e Inspetor da ISBA, respetivamente –, o EA destinava-se não só a todos os funcionários das Secretarias de Estado e demais organismos estatais, direta ou indiretamente dependentes dos diversos Ministérios, que tivessem ou viessem a ter sob a sua dependência algum arquivo ou biblioteca, mas também a todos os candidatos que apresentassem certidão de frequência do curso geral de liceus (Secção de Letras).

Com as características de um curso de especialização, tornado permanente após a grande adesão que tivera no primeiro ano letivo de funcionamento (1913-1914), o EA viu fixadas as condições de funcionamento através da publicação do seu regulamento, por decreto de 10 de setembro de 1914. A partir dele, podemos verificar que o EA era composto por um Conselho Escolar, a quem competia a “aprovação do horário e serviço escolar” e a “apreciação da frequência dos alunos estagiários e aprovação dos pontos para exame” (art.º 23, § 1). À semelhança do corpo docente do CBA, a nomeação do Diretor era considerada vitalícia, competindo-lhe a coordenação de todas as questões inerentes ao funcionamento do EA e a apresentação no final

de cada ano letivo de um “relatório minucioso acerca da forma por que foi ministrado o ensino” (art.º 24).

Sediado na ISBA, o período letivo decorria entre outubro e junho, com as disciplinas de Arquivologia e de Biblioteconomia organizadas em sessões bissemanais com a duração de uma hora cada, e a disciplina de Paleografia, com aulas três vezes por semana, com a duração de uma hora e meia cada (art.º 5).

Como referido anteriormente, após a conclusão do EA era passado um certificado que dava preferência em concursos para o lugar de arquivista ou bibliotecário no estado. Para tal, os alunos eram submetidos a provas orais e escritas: na disciplina de Arquivologia, a prova constava da extração do sumário de um ou vários documentos e a sua inscrição no registo de entrada, enquanto na de Biblioteconomia a prova consistia na extração de verbetes de um ou mais livros impressos. Em relação à disciplina de Paleografia, compreendia a transcrição de um documento escolhido pelo professor.

A classificação final do Estágio era obtida pela soma das classificações das provas de cada uma das cadeiras, dividida pelo número das mesmas. Assim, os alunos que obtivessem média inferior a 10 valores eram considerados “adiados”, sendo que a classificação igual ou superior a dezasseis valores correspondia à “distinção”.

## **2. 2. O PROGRAMA FORMATIVO**

A estrutura do EA assentava num programa composto pelas disciplinas de Arquivologia, Paleografia e Biblioteconomia, cujos programas detalhados se encontram publicados no decreto n.º 130 de 1913. Pela análise do referido diploma, não obstante o pendor historicista da oferta formativa, os conteúdos “evidenciavam uma sintonia perfeita com o que de mais atualizado se lecionava a nível internacional” (Ribeiro, 2008: 96).

No caso da Arquivologia, é bem evidente o tecnicismo do programa, influenciado pela publicação do conhecido “Manual dos arquivistas holandeses”, em 1898 (Muller; Feith; Fruin), que terá chegado a Portugal por via da tradução

francesa<sup>1</sup>, em 1910, com adaptação aos arquivos belgas e franceses, por Henri Stein (1862-1940), historiador e arquivista francês (Muller; Feith; Fruin, 1910).

De acordo com o relatório produzido pelo Diretor do Estágio (Pessanha, 1915: 205-206), referente à primeira edição do EA, verificamos que, querendo-se uma formação essencialmente prática, os primeiros quatro meses foram dedicados ao período de estágio. Seguiu-se um outro para registo e entrada de documentos, concluindo com um conjunto alargado de visitas de estudo a diferentes arquivos ministeriais, no âmbito das quais se deve salientar a deslocação efetuada a Évora por Vasco Valdez, à Biblioteca Pública e à biblioteca do Visconde da Esperança, assim como aos arquivos do Cabido da Sé e Municipal.

No que respeita à Biblioteconomia, considerando o referido relatório (Pessanha, 1915: 206-207) teve início com a componente teórica, ministrada por Fernando Enes que intercalou com visitas à BN no sentido de esclarecer as vantagens da “arrumação ora adotada [...], os estragos produzidos por vários insectos [...] e um instrutivo exame das riquíssimas secções Reservados e Manuscritos”, estas últimas, sob a orientação de José António Moniz. A componente prática ficou reservada para os três últimos meses do estágio, considerada “suficiente para habilitar os estagiários a executar trabalhos de catalogação”.

Em relação à Paleografia (Pessanha, 1915: 206), Álvaro Baltazar Alves dividiu as suas lições, intercalando aulas teóricas com as práticas. Assim, começou por tratar a “história da escrita e indicar os tipos de caracteres sucessivamente empregados entre nós, exemplificando sempre e fornecendo aos alunos sumários das suas lições”. Seguiram-se exercícios de leitura e transcrição intercalados com lições sobre materiais da escrita, com especial ênfase no período medieval assim como uma breve abordagem sobre iluminura, no contexto da qual se consultaram códices iluminados existente no ANTT.

A novidade do programa, além de atual, apresentava uma componente essencialmente prática, face à estrutura curricular do CBA, prevendo a realização de atividades complementares à tradicional exposição de con-

---

<sup>1</sup> A obra foi traduzida para alemão (1905), italiano (1908) e, muito tardiamente, para português, no Brasil (1973).

teúdos, nomeadamente visitas de estudo. Por outro, afirmava progressivamente o pendor tecnicista que a formação de arquivistas e bibliotecários vinha adquirindo.

### **2. 3. O CORPO DOCENTE**

O corpo docente do EA compunha-se de três professores, nomeados com carácter vitalício pelo Ministro da Instrução Pública, sob proposta da ISBA. De acordo com o regulamento do Estágio, a proposta dos nomes deveria ser feita de entre os Conservadores do ANTT, no caso da disciplina de Arquivologia e de Paleografia e, da BN, no que concerne ao docente de Biblioteconomia.

Como tal, foram designados a 14 de outubro de 1913 docentes do EA para as disciplinas de Arquivologia e de Paleografia, Vasco Valdez e Álvaro Baltazar Alves, respetivamente 2.º Conservador e 1.º Escriturário-Paleógrafo do ANTT e, para a disciplina de Biblioteconomia, Fernando Enes, 2.º Bibliotecário da BN. De acordo com as condições de organização e funcionamento do EA, foi ainda designado para secretariar o Estágio, Francisco Nogueira de Brito, 2.º Amanuense da BN (ISBA, Cx. 405.3, Lv. 5).

Contudo, a considerável afluência verificada no número de matrículas, logo após o aviso de abertura do Estágio em setembro de 1913, levou Júlio Dantas, a 16 de outubro, a reforçar o corpo docente através da nomeação de um professor auxiliar para cada disciplina. Assim, foram designados José Maria Pons, Ajudante de Conservador do ANTT para a cadeira de Paleografia, assim como Ernesto Enes e Álvaro Valdez, respetivamente 1.º e 2.º Amanuenses-Escriturários da BN, para as disciplinas de Biblioteconomia e de Arquivologia (ISBA, Cx. 405.3, Lv. 5).

### **2. 4. AS EDIÇÕES DO ESTÁGIO**

O Estágio funcionou durante cinco anos letivos, entre 1913-1914 e 1917-1918. É expectável que não tenha sido publicado o decreto que autorizava a abertura para o ano letivo seguinte, considerando a reforma do setor levada a efeito durante o consulado sidonista, em maio de 1918 (decreto n.º 4 885 de 5 de

outubro), onde o legislador deixou claro no preâmbulo do referido decreto que o EA “não dava nenhuma garantias para formação do pessoal superior das bibliotecas e arquivos”.

Tabela 1 – N.º de alunos matriculados no Estágio de Arquivistas, por categoria

Categoria de aluno	Ano Letivo				
	1913/14	1914/15	1915/16	1916/17	1917/18
Funcionário público	91	28	12	9	12
“Estranhos ao Estado”	3	2	3	2	4
Total	94	30	15	11	16

Fonte: Elaboração própria (ISBA – Cxs. 434.1 e 434.2).

De acordo com a tabela 1, a primeira edição do Estágio pode-se considerar um “êxito”, nas palavras de D. José Pessanha, diretor do EA (Pessanha, 1915: 204) uma vez que teve 94 alunos matriculados (3 dos quais “estranhos ao Estado”, ou seja, não eram funcionários públicos). Porém, o ímpeto inicial já não se fez sentir no segundo ano do curso, com apenas 30 inscritos no ano letivo 1914-1915, numa tendência decrescente em termos de candidatos até à última edição, em 1917-1918, quando, excepcionalmente, esse número voltou a subir para 16 inscritos.

De acordo com relatório produzido pelo diretor do estágio, D. José Pessanha, “era natural que o movimento de curiosidade determinado pela nova instituição não se [fizesse] sentir já tanto neste ano [1914-1915]” (Pessanha, 1915: 204). Continuava, referindo que “esse sucessivo decréscimo explica-se facilmente. O Estágio interessa em especial a uma classe de funcionários, que sendo restrita, é, por isso mesmo, de lenta renovação: a dos funcionários incumbidos de bibliotecas e arquivos, nas diferentes repartições públicas” (Pessanha, 1916: 146).

Contudo, ainda que a quase totalidade dos inscritos pertencesse ao funcionalismo público, será importante referir os alunos “estranhos ao Estado”, que frequentaram e concluíram o curso, ainda que em número residual.

Tabela 2 – N.º de alunos que concluíram o Estágio de Arquivistas, por categoria

Categoria de aluno	Ano Letivo				
	1913/14	1914/15	1915/16	1916/17	1917/18
Funcionário público	24	12	3	3	4
“Estranhos ao Estado”	1	2	1	1	2
Total	25	14	4	4	6

Fonte: Elaboração própria (ISBA – Cx. 433.2).

De acordo com a tabela 2 e embora o número de matriculados fosse próximo da centena, apenas 25 alunos, ou seja, aproximadamente  $\frac{1}{4}$ , foram admitidos a provas, considerando que os demais abandonaram a frequência do Estágio. Porém, apesar da diminuição do número de inscritos no ano letivo 1914-1915 (30) relativamente ao ano anterior, a percentagem de conclusão foi maior, já que quase metade dos alunos concluiu com sucesso o curso.

No cômputo geral, verifica-se que ao longo das cinco edições do Estágio foram aprovados 53 alunos, número francamente positivo quando comparado com os resultados obtidos pelo CBA desde a sua criação até à data.

### **3. O CURSO DE BIBLIOTECÁRIO-ARQUIVISTA SOB A ÉGIDE DA INSPEÇÃO SUPERIOR DAS BIBLIOTECAS E ARQUIVOS (1931-1936)**

Fundada a Universidade de Lisboa, em 1911, o curso foi transferido para esta instituição, sendo-lhe equiparadas as cadeiras às da recém-criada FLUL. Sem alterações durante sete anos, em 1918 será objeto de reformulação durante o governo de Sidónio Pais – apelidada pelo legislador de “nova criação” –, que se traduziu na passagem da responsabilidade integral de organização e direção do curso para a FLUL, a quem competia também emitir as cartas de curso (decreto n.º 4 885, de 5 de outubro). Pela primeira vez, o curso passaria a estar plenamente integrado no ensino superior universitário, dando-se, igualmente, a equiparação dos conservadores do ANTT e da BN a assistentes da Faculdade,

encarregados da regência das cadeiras especiais (decreto n.º de 4 312, de 8 de maio de 1918 – art.ºs 21 e 22).

No preâmbulo do decreto regulamentar é apontada a baixa frequência que o curso sempre teve, a qual passou a ser nula depois da publicação do decreto de 14 de junho de 1913, que equiparou as cadeiras do CSL às da FLUL. Refere, ainda, o excessivo número de disciplinas teóricas, em detrimento das de natureza prática, consideradas pelo legislador como fundamentais para “conseguir indivíduos habilitados com a preparação profissional necessária para o bom desempenho desses lugares” (decreto n.º 4 885, de 5 de outubro de 1918).

No ano seguinte, no âmbito da reorganização dos serviços da BN, o curso sofre uma nova remodelação (decreto n.º 5 618, de 10 de maio de 1919). Sem alterações significativas, teve o seu regulamento publicado, em fevereiro de 1920 (decreto n.º 6 385, de 12 de fevereiro), sendo de referir apenas a alteração da designação para “Curso de Biblioteconomia e Arquivística”.

Volvidos cerca de sete anos, no contexto do regime ditatorial saído do golpe militar de 28 de maio de 1926, os serviços de bibliotecas e arquivos são objeto de uma nova reformulação, que abarcou não apenas os serviços, mas também aspetos de índole técnica e a formação profissional (decreto n.º 13 724, de 27 de maio de 1927). Assim, retomando a antiga designação – Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista –, permaneceu enquadrado na FLUL, com a duração de três anos, embora sujeito a um reforço das cadeiras de natureza técnica, com a inclusão das disciplinas de Iconografia e de Cartografia Antiga, todas sob a regência de Conservadores do ANTT e da BN. O desejo de atrair alunos, despojando o curso do excessivo número de cadeiras teóricas, reforçando-o com disciplinas de natureza técnica não surtiu o efeito desejado, uma vez que permaneceu ora com um baixo número de alunos, ora com frequência nula.

Contudo, as reformas encetadas tiveram uma duração efémera e uma eficácia bastante residual na medida em que, em 1931 (decreto n.º 19 952, de 27 de junho) seria publicada a “Lei de bases” da política arquivística e biblioteconómica do Estado Novo, que desde o golpe de 1926 se vinha delineando e progressivamente consolidando (Ribeiro, 2008: 121-122). Entre outros aspetos o diploma versará sobre a formação profissional e o

recrutamento de pessoal para os serviços de bibliotecas e arquivos, aprovando uma nova reforma do CBA.

Ao acentuar do pendor tecnicista, não terá sido alheia a decisão de o transferir da Universidade para a tutela da ISBA, transformando-o num curso “exclusivamente profissional” (Silva; Ribeiro, 2008: 144), onde permaneceu até 1935, quando foi transferido para a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra por decreto n.º 26 026, de 7 de novembro de 1935 e que resultou na extinção do anterior Curso Superior (decreto n.º de 26 027, de 7 de novembro de 1935).

Durante aproximadamente meio século, permaneceu como a única estrutura formativa destinada a fornecer a preparação profissional do pessoal técnico das bibliotecas e arquivos, em Portugal<sup>2</sup>. Com a duração de dois anos e um estágio de seis meses, compunha-se de cinco disciplinas: Paleografia e Diplomática; Numismática e Esfragística; Bibliografia e Biblioteconomia, no primeiro ano e Arquivologia e Arquivoeconomia e Curso de Aperfeiçoamento de Paleografia, no segundo ano.

O curso manteve-se estável e o seu programa formativo em conformidade com o preceituado no decreto fundador, sem qualquer alteração ao longo de quase meio século, com um modelo formativo clássico e dominante até 1982 (exceção feita ao Estágio de 1969, criado pelo decreto n.º 49 009, de

---

<sup>2</sup> Neste âmbito deve considerar-se, conforme já referido anteriormente, a criação, por decreto n.º 49 009, de 7 de maio de 1969, de um “Estágio de Preparação Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas”, que habilitava igualmente ao desempenho de funções de bibliotecário e arquivista. Este Estágio funcionava sob a égide da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes e compreendia três períodos letivos (art.º 2), onde se enquadravam sessões de seminário sobre as seguintes matérias (art.º 3): o primeiro, entre outubro e fevereiro (Administração de Bibliotecas; Catalogação – Classificação I; Documentação I; Arquivística; Leitura e crítica de documentos I; Mecanização); o segundo, entre março e julho (Administração de arquivos; Catalogação – Classificação II; Documentação II; Instituições portuguesas: seus núcleos documentais; Leitura e crítica de documentos II); e, o terceiro, entre agosto e dezembro (Administração de Centros de Documentação; Documentação II; Informática; Sociologia da leitura e comunicação; Sociologia da Informação). O Estágio, além da componente letiva, realizava-se em bibliotecas ou arquivos designados pelo Ministro da Educação Nacional, onde os estagiários participavam nos trabalhos dos serviços técnicos desses estabelecimentos. Teve diversas edições, embora não tenha sido possível apurar o seu número exato.



7 de maio), quando foi extinto e substituído pelos Cursos de Especialização em Ciências Documentais.

Durante este largo período de tempo muitos foram os docentes que asseguraram a docência das suas disciplinas. Entre outros, devem destacar-se pela relevância do seu magistério: Avelino Jesus da Costa (Santos, 2000) Jorge Adalberto Ferreira Peixoto (Bio-bibliografia, 1977) ou Maria Teresa Pinto Mendes (Ribeiro, 2020), sem esquecer, todavia, Damião Peres, Mário Brandão, Torquato de Sousa Soares ou João da Providência Sousa e Costa (Anacoreta, 2018).

Contudo, aos anos de grande dinamismo no campo da Arquivística e da Biblioteconomia, que se seguiram após a instauração do regime republicano, instala-se, no seio do órgão coordenador (ISBA), fruto das alterações políticas verificadas após o golpe militar de 28 de maio de 1926 e da institucionalização do Estado Novo, o “estado de torpor” (Ribeiro, 2008: 111). Em face da apatia generalizada no seio do órgão coordenador (exceção feita aos anos em que António Ferrão esteve no cargo de Inspetor Superior), mas também, em certa medida, do sector de bibliotecas e arquivos do Estado, começaram a surgir, ainda na década de 50, embora com maior visibilidade no início da década seguinte, as primeiras vozes de protesto pela mão de Virgínia Rau (1953) e Jorge Peixoto (1957), quando arquivistas e bibliotecários decidiram organizar-se e tornar públicas as suas reivindicações (Vivas; Oliveira, 2015: 2).

Com efeito, o início da mudança na Arquivística e na Biblioteconomia dar-se-ia em Coimbra “onde se encontrava a maior concentração de bibliotecários-arquivistas por quilómetro quadrado no país, em torno da universidade e do curso da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra” (Amaral, 2014: 154): logo em junho de 1963, com o aparecimento dos *Cadernos de Biblioteconomia e Arquivística*, publicação técnica destinada à publicação de artigos, onde se esclareciam dúvidas técnicas e se divulgavam notícias nacionais e internacionais; num segundo momento, em 1965, com a organização do *I Encontro dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, impulsionador da troca de experiências técnicas e científicas, mas também de debate em torno da profissão e de interesses laborais e, fruto do culminar dessa congregação de esforços, a criação, em 1973, da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

(BAD), que viria a funcionar como núcleo dinamizador em todos os aspetos relacionados com a profissão (Vivas; Oliveira, 2015: 2-3).

Momentos chave que lograram alcançar as suas primeiras conquistas (nem todas de concretização imediata), pese embora as medidas continuassem a ser “esporádicas e desinteressadas de uma política global para o sector” (Ribeiro, 1998: 629), dado que nunca houve da parte do poder político uma preocupação em encarar e resolver de forma cabal os problemas das bibliotecas e arquivos.

Estas mudanças, que tiveram como pólo dinamizador Coimbra e todos os profissionais que ao longo dos anos se formaram na área, conscientes da necessidade de uma alteração estrutural no setor, também se refletiria ao nível da formação, onde a desatualização do Curso de Bibliotecário Arquivista ainda “moldado pela matriz histórico-tecnicista que desde a Revolução Francesa se fora desenvolvendo e consolidando de forma paradigmática” (Ribeiro, 2008: 142), levaria um grupo de profissionais a delinear um modelo para um novo curso.

Esta nova formação ditou a extinção do velho CBA e a criação, na mesma instituição, do Curso Especialização em Ciências Documentais (CECD) na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pelo decreto-lei n.º 87/82, de 13 de julho, abrindo a possibilidade de funcionamento do curso noutras universidades sob “proposta destas, ponderadas as carências em profissionais com esta qualificação e a existência das adequadas condições humanas e materiais para o seu funcionamento” (art.º 2; ponto 2), como se viria a verificar nas congéneres de Lisboa e Porto. Porém, a aplicação do referido decreto teria apenas lugar nos anos seguintes, com a publicação das portarias regulamentares dos respetivos CECD: Coimbra (portaria n.º 448/83, de 19 de abril), Lisboa (portaria n.º 449/83, de 19 de abril) e Porto (portaria n.º 852/85, de 9 de novembro).

### **3. 1. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Em linha com o espírito fortemente centralista que sob o ponto de vista político se institucionalizava, o preâmbulo do decreto de 1931 exprime claramente a intenção do legislador em reorganizar a ISBA, no sentido de um “reforço

centralizador do poder deste organismo” (Ribeiro, 2008: 123), que se alargará, em nosso entender, à questão do recrutamento e formação do pessoal.

De acordo com o Regulamento do CBA, publicado nesse mesmo ano (decreto n.º 20 478, de 6 de novembro de 1931), a direção e subdireção do curso foi atribuída, respetivamente, ao Inspetor e Subinspetor das Bibliotecas e Arquivos (art.º 2), cabendo-lhe, igualmente, o papel de “órgão decisor”, que emitia todas as orientações, e à Junta Consultiva das Bibliotecas e Arquivos a sua execução. Neste âmbito, deve-se salientar o Conselho Escolar (art.º 10), constituído pelos professores das diferentes disciplinas a quem competia acompanhar todos os assuntos inerentes às questões pedagógicas do curso (art.ºs 12 e 13).

Ao contrário das reformas anteriores, a admissão ao curso passou a fazer-se entre bacharéis ou licenciados das Faculdades de Letras ou mediante apresentação de certidão de aprovação em disciplinas, conforme consta do art.º 162 do decreto n.º 19 952, de 27 de junho de 1931.

O CBA tinha a duração de dois anos letivos (art.º 3 do decreto n.º 20 478, de 6 de novembro de 1931) o período letivo decorria entre outubro e junho, organizado em sessões semanais, com a duração de uma hora cada, no caso das aulas teóricas, e de uma hora e meia, no que respeitava à componente prática, embora de periodicidade irregular (art.ºs 5 e 7).

Com efeito, composto por um leque de sete disciplinas, cujas lições eram ministradas no ANTT e na BN por funcionários das respetivas instituições, manteve-se, até 1932, a colaboração anterior da FLUL na lecionação das disciplinas de Paleografia e Diplomática, quando o ensino destas passou para o ANTT, sob a alçada da ISBA (decreto n.º 22 014, de 21 dezembro de 1932).

No que concerne à avaliação dos alunos, esta consistia em “interrogatórios” realizados em contexto de aula (art.ºs 6 e 7 do decreto n.º 20 478, de 6 de novembro de 1931), exames de frequência e exames (art.º 24), estes últimos presididos pelo diretor do curso e por um júri constituído pelos professores de todas as disciplinas (art.º 26).

Tratando-se de um curso “exclusivamente profissional” destinado a fornecer a preparação técnica essencial ao desempenho dos cargos superiores dos estabelecimentos bibliotecários e arquivísticos (art.º 1 do decreto n.º 20 478, de 6 de novembro de 1931), com a conclusão do curso, seria passada

aos alunos uma carta de curso, com a média final, que lhes daria preferência em concursos para os referidos lugares.

### **3. 2. O PROGRAMA FORMATIVO**

Como referido, o novo curso foi subtraído de parte substancial das suas cadeiras de carácter geral, ficando com um elenco de apenas sete disciplinas, eminentemente técnicas: Bibliologia; Biblioteconomia; Arquivologia e Arquivo-economia; Numismática e Medalhística; Iconografia e Iluminura, todas com a duração de um semestre letivo, exceto Diplomática e Esfragística e Paleografia, com um ano letivo de leção (decreto n.º 20 478, de 6 de novembro de 1931), cujos programas foram elaborados com enorme detalhe pela Junta Consultiva das Bibliotecas e Arquivos (portaria n.º 7 261, de 16 de novembro de 1931).

Com efeito, decorrido um ano sobre a entrada em funcionamento do novo formato do curso, verificou-se a inclusão, no 2.º ano do curso, de duas disciplinas: Fontes da História de Portugal (cujo programa apenas foi publicado em 1934, por portaria n.º 7 789, de 13 de março de 1934) e Arqueologia Artística e Iconografia, esta última em substituição da disciplina de Iconografia e Iluminura (decreto n.º 22 014, de 21 de dezembro de 1932), completando o formato do programa de ensino.

O curso estava organizado em sessões semanais, de uma lição (Numismática e Medalhística; Iconografia e Iluminura, depois substituída por Arqueologia Artística e Iconografia; Fontes da História de Portugal) ou de duas lições (Bibliologia; Biblioteconomia; Arquivologia e Arquivo-economia; Diplomática e Esfragística e Paleografia), cujo ensino deveria ser:

ministrado, quanto possível, sob o ponto de vista nacional, devendo limitar-se ao mínimo a leção sobre generalidades e tendo sempre em vista o carácter objetivo e prático que tal ensino deve revestir, sem exclusão, porém, das considerações de carácter comparativo e da indicação, por parte dos professores, da bibliografia das matérias que versarem. (decreto n.º 20 478, de 6 de novembro 1931, art.º 2)

Além da componente teórica, o curso previa uma interessante expressão prática, que passava pela realização de exercícios escritos, relatórios elaborados em contexto de aula ou fora dela (estes últimos seriam objeto de apreciação em contexto de aula) e, por último, visitas a arquivos, bibliotecas e museus (art.º 7 do decreto 20 478), neste caso, tal como previsto e realizado também no âmbito EA.

De acordo com Silva e Ribeiro (2008: 145) “é evidente o carácter historicista, patrimonialista e tecnicista que caracterizava o modelo de formação, em perfeita consonância, aliás, com o paradigma vigente na Europa [...] e já plenamente consolidado”.

### 3. 3. O CORPO DOCENTE

O corpo docente compunha-se de funcionários do ANTT e da BN, ou seja, dos estabelecimentos dependentes da ISBA, em linha com a centralização de recursos e fortalecimento da perspetiva técnica e com direito a gratificação por cada lição ou trabalho prático (decreto n.º 19 952, de 27 de junho de 1931 – art.º 165).

Sob a direção de António Ferrão, nomeado Diretor efetivo do CBA, cargo do qual tomou posse a 6 de janeiro de 1933, asseguraram o ensino das disciplinas de Arquivologia e Arquivo-economia, António Baião, diretor do ANTT; Bibliologia, Arnaldo de Ataíde e Melo, 1.º Bibliotecário da BN; Biblioteconomia, Carlos Schwalbach Lucci, 1.º Bibliotecário da BN; Diplomática e Esfragística, Possidónio Laranjo Coelho, 1.º Conservador do ANTT; Fontes da História de Portugal, António Ferrão, Subinspetor e Diretor do Curso; Iconografia e Iluminura (depois substituída por Arqueologia Artística e Iconografia), Fernando Enes, Chefe dos Serviços Centrais da BN, substituído em 1934 por Luís Chaves, Conservador do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos; Numismática e Medalhística, Álvaro Leal, 1.º Bibliotecário da BN; e Paleografia, Álvaro Baltazar Alves, 1.º Conservador do ANTT, substituído, a partir de 1933, por João Martins da Silva Marques, 1.º Conservador adido, com a categoria de Chefe de Secção do ANTT (ISBA – Cx. 438.5).

### 3. 4. AS EDIÇÕES DO CURSO

Como referido anteriormente, o curso esteve em funcionamento durante quatro anos letivos entre 1931-1932, ano de abertura, e 1935-1936, em que funcionou pela última vez, embora a título transitório em virtude da publicação do decreto n.º 26 026, de 7 de novembro de 1935, que devolveu à Universidade a formação de bibliotecários e arquivistas, transferindo-o para a Universidade de Coimbra.

Tabela 3 – N.º de alunos matriculados

Edição/ Ano letivo	Ano do curso	Alunos ordinários	Alunos voluntários	Total
1.º Curso 1931-1933	1.º ano	20	8	28
	2.º ano	9	3	12
2.º Curso 1932-1934	1.º ano	16	10	26
	2.º ano	10	1	11
3.º Curso 1933-1935	1.º ano	11	3	14
	2.º ano	7	1	8
4.º Curso 1934-1936	1.º ano	3	–	3
	2.º ano (transitório)	4	–	4
5.º Curso 1935-1936	1.º ano (transitório)	2	–	2

Fonte: Elaboração própria (ISBA – Cxs. 500, Lv. 1; 501, Lv. 2).

De acordo com a tabela 3, verifica-se que as três primeiras edições do curso contribuíram com o maior número de matrículas em termos globais, não apenas no caso dos alunos matriculados no 1.º ano do curso, com 28, 26 e 14 inscrições, respetivamente, mas também no caso do 2.º ano, com 12, 11 e 8 matrículas, respetivamente, sinal do interesse que o mesmo despertou junto do público alvo.

Se analisarmos o n.º de matrículas segundo a categoria de alunos, verificamos que acompanha, em termos proporcionais, a tendência evolutiva verificada nas três primeiras edições do curso, com 20, 16 e 11 (1.º ano) e 9, 10 e 7 (2.º ano), no caso de matrículas de alunos ordinários e, no que concerne aos alunos voluntários, com 8, 10 e 3 (1.º ano) e 3, 1 e 1 matrículas (2.º ano), respetivamente.

A última fase de vigência do curso, correspondente à 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> edições, possui o menor número de inscrições, confirmando a tendência decrescente que se vinha verificando, mas também por consequência da fase transitória do curso devido à sua transferência para a Universidade de Coimbra.

Tabela 4 – N.º de alunos que concluíram o curso, por edição

Edição do curso	Ano de conclusão	Alunos ordinários	Alunos voluntários	Total
1.º Curso	1933	4	3	7
2.º Curso	1934	1	–	1
3.º Curso	1935	3	1	4
4.º Curso	1936	4	–	4

Fonte: Elaboração própria (Cxs. 439.1 e 439.2).

De acordo com a tabela 4 verifica-se que, ao longo das quatro edições do curso, 16 alunos concluíram com sucesso a formação, sendo 12 na qualidade de alunos ordinários e 4 como alunos voluntários. Neste âmbito, deve referir-se que a 1.<sup>a</sup> edição do curso contribuiu com o maior número de conclusões (7), seguida *ex aequo* pela 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> edições, com 4 alunos e, por último, com apenas 1 aluno, pela 2.<sup>a</sup> edição.

## CONCLUSÃO

Da formação *em serviço* pelo exercício quotidiano, tutelada por funcionários de maior categoria, idade e experiência, passando pela formação dos arquivistas-paleógrafos ou peritos em letras antigas, o ensino tende a institucionalizar-se no contexto universitário, nos finais do século XIX. No caso português, apesar da novidade do curso surgido em 1887, este não obteve os resultados esperados, com um reduzido número de alunos que concluíram o curso, mercê da falta de interesse por um programa com um excessivo número de cadeiras gerais, por oposição a um insuficiente número de disciplinas técnicas.

Tal situação deu origem a outras experiências formativas, divergentes face ao modelo tradicional então instituído: o EA e o CBA, mas sob a tutela da ISBA.

O primeiro, surgido no contexto do novo regime republicano, funcionou em simultâneo com o CBA, sob a tutela da ISBA, habilitando, de igual modo, ao desempenho de cargos de bibliotecário e arquivista na Administração Pública. Teve poucas edições, funcionando entre 1913 e 1918, embora tenha formado muitos técnicos, num total de 53, na maioria funcionários públicos que já se encontravam no desempenho de funções em arquivos ou bibliotecas.

O segundo, sob a égide da ISBA e de António Ferrão, ou seja, a coordenação do curso saiu da esfera universitária para ser ministrada pelo órgão coordenador. À semelhança do Estágio, o objetivo primordial centrou-se na necessidade de formar quadros uma vez que o modelo instituído na FLUL continuava a não suscitar o interesse dos alunos. Este modelo, com as características de pós-graduação, admitindo bacharéis e licenciados, que no total das suas 4 edições formou 16 alunos, foi o corolário de sucessivas reformas na tentativa de formar quadros, que ditou, em 1935, o regresso à esfera universitária, desta vez à Universidade de Coimbra, onde permaneceu até 1982, quando foi extinto, permanecendo como única oferta formativa na área durante quase meio século, com exceção do outro Estágio criado em 1969 que funcionou no âmbito da Direção-Geral do Ensino Superior das Belas-Artes, durante alguns anos.

Ainda marcados pela perspetiva historicista, já evidenciam a progressiva afirmação pela via da componente técnica, mais vincada no segundo caso. Sob a égide da ISBA e lecionados na BN e no ANTT por funcionários das referidas instituições, os programas apresentavam-se em linha com o que se ensinava a nível internacional.

Duas experiências, duas dissidências face ao modelo tradicional, que permitiram a formação de um conjunto considerável de profissionais segundo as mais recentes técnicas da época, contribuindo significativamente para uma renovação geracional dos quadros técnicos nas instituições.



Dois modelos formativos “dissidentes” na formação superior de bibliotecários e arquivistas em Portugal: os casos do Estágio de Arquivistas (1913-1918) e do Curso de Bibliotecário-Arquivista (1931-1936)

## BIBLIOGRAFIA

### ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

*Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos* (ISBA). Cxs.: 405.3 – Lv. 5; 433.2; 434.1 e 434.2; 438.5; 439.1 e 439.2; 500 – Lv. 1; 501 – Lv. 2.

### LEGISLAÇÃO

Decreto de 29 de dezembro de 1887. *Diário do Governo n.º 3/1888 – I Série*. Direcção-Geral de Instrução Pública.

Decreto n.º 5 de 24 de dezembro de 1901. *Diário do Governo n.º 294/1901 – I Série*. Direcção-Geral de Instrução Pública.

Decreto de 18 de março de 1911. *Diário do Governo n.º 65/1911 – I Série*. Ministério do Interior.

Decreto de 14 de junho de 1913. *Diário do Governo n.º 140/1913 – I Série*. Direcção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial.

Decreto n.º 130 de 11 de setembro de 1913. *Diário do Governo n.º 213/1913 – I Série*. Direcção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial.

Decreto de n.º 854 de 10 de setembro de 1914. *Diário do Governo n.º 164/1914 – I Série*. Ministério da Instrução Pública.

Decreto n.º 4 312 de 8 maio de 1918. *Diário do Governo n.º 117/1918 – I Série*. Secretaria de Estado da Instrução Pública.

Decreto n.º 4 885 de 5 de outubro de 1918. *Diário do Governo n.º 222/1918 – I Série*. Secretaria de Estado da Instrução Pública.

Decreto n.º 5 618 de 10 de maio de 1919. *Diário do Governo n.º 98/1919 – I Série*. Direcção-Geral do Ensino Superior.

Decreto n.º 6 385 de 12 de fevereiro de 1920. *Diário do Governo n.º 32/1919 – I Série*. Ministério da Instrução Pública.

Decreto n.º 13 724 de 27 de maio de 1927. *Diário do Governo n.º 114/1927 – I Série*. Ministério da Instrução Pública.

Decreto n.º 19 952 de 27 de junho 1931. *Diário do Governo n.º 147/1931 – I Série*. Ministério da Instrução Pública.

Decreto n.º 20 478 de 6 de novembro de 1931. *Diário do Governo n.º 257/1931 – I Série*. Ministério da Instrução Pública.

- Portaria n.º 7 261 de 16 de novembro de 1931. *Diário do Governo n.º 1/1931 – I Série*. Ministério da Instrução Pública.
- Decreto n.º 22 014 de 21 dezembro de 1932. *Diário do Governo n.º 298/1932 – I Série*. Ministério da Instrução Pública.
- Portaria n.º 7 789 de 13 de março de 1934. *Diário do Governo n.º 59/1934 – I Série*. Ministério da Instrução Pública.
- Decreto n.º 26 026 de 7 de novembro de 1935. *Diário do Governo n.º 258/1935 – I Série*. Ministério da Instrução Pública.
- Decreto n.º de 26 027 de 7 de novembro de 1935. *Diário do Governo n.º 258/1935 – I Série*. Ministério da Instrução Pública.
- Decreto n.º 49 009 de 7 de maio de 1969. *Diário do Governo n.º 116/1969 – I Série*. Ministério da Educação Nacional.
- Decreto-Lei n.º 87/82, de 13 de julho. *Diário da República n.º 159/1982 – I Série*. Ministério da Educação e das Universidades.
- Portaria n.º 448/83, de 19 de abril. *Diário da República n.º 90/1983 – I Série*. Ministério da Educação.
- Portaria n.º 449/83, de 19 de abril. *Diário da República n.º 90/1983 – I Série*. Ministério da Educação.
- Portaria n.º 852/85, de 9 de novembro. *Diário da República n.º 258/1985 – I Série*. Ministério da Educação.

## ESTUDOS

- Amaral, António Eugénio Maia (Coord.) (2014). *Os livros em sua ordem. Para a história da Biblioteca Geral da Universidade (antes de 1513-2013)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Anacoreta, Maria Joana Providência Santarém Costa (2018). *João da Providência*. S. l.: [imp. Realbase].
- Araújo, Carlos Alberto Ávila (2018). *O que é ciência da informação*. Belo Horizonte: KMA.
- Assunção, Tomás Lino da (2004). *Memória da Inspeção Geral das Bibliothecas e Archivos Publicos*. (Ed. fac-símile, ms. de 1892). Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.
- Azevedo, Pedro Augusto de; Baião, António (1989). *O Arquivo da Torre do Tombo. Sua história, corpos que o compõem e organização* (Ed. fac-símile, 1905). Lisboa: ANTT; Livros Horizonte.
- Bio-bibliografia de Jorge Peixoto (1977). *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, 13(1), 6-23. <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/download/2172/1940>

Dois modelos formativos “dissidentes” na formação superior de bibliotecários e arquivistas em Portugal: os casos do Estágio de Arquivistas (1913-1918) e do Curso de Bibliotecário-Arquivista (1931-1936)

- Couture, Carol; Martineau, Jocelyne; Ducharme, Daniel (1999). *La formation et la recherche en archivistique dans le monde. Une étude comparative*. Montréal: École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information, Université de Montréal.
- Estermann-Wiskott, Yolande (1997). Formation en Europe et aux États-Unis. In Serge Cacaly (Ed.), *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation* (236-237). Paris: Nathan.
- Houaiss, António; Villar, Mauro Salles (Ed.) (2015). Dissidência. In *Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa* (1450). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Machado, José Pedro (Ed.) (1977, 3.<sup>a</sup> ed.). Dissidência. In *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (347). Lisboa: Livros Horizonte.
- Muller, Samuel; Feith, Johan Adriaan; Fruin, R. (1898). *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*. Groningen: Erven B. van de Kamp.
- Muller, S.; Feith, J.; Fruin, Robert (1910). *Manuel pour le classement et la description des archives*. Trad. adapt. J. Cuvelier; H. Stein. La Haye: A. de Jager.
- Peixoto, Jorge (1957). *Para uma reforma das bibliotecas e arquivos portugueses*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências.
- Pessanha, José da Silva (1915). O Estágio de Arquivistas. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, 1(5), 204-208. [http://purl.pt/258/1/bad-1507-v/bad-1507\\_1-serie/index\\_1914-15-HTML/M\\_index.html](http://purl.pt/258/1/bad-1507-v/bad-1507_1-serie/index_1914-15-HTML/M_index.html)
- (1916). O Estágio de Arquivistas (1915-1916). *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, 2(8), 146-147. [http://purl.pt/258/1/bad-1507-v/bad-1507\\_1-serie/index\\_1916-HTML/M\\_index.html](http://purl.pt/258/1/bad-1507-v/bad-1507_1-serie/index_1916-HTML/M_index.html)
- Rau, Virgínia (1953). Arquivos de Portugal: Lisboa. *Actas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros. Washington, 1950* (189-213). Nashville: The Vanderbilt University.
- Ribeiro, Fernanda (2020). In Memoriam: Maria Teresa Pinto Mendes. *Páginas a&b*. 3.<sup>a</sup> série, 13, 251-252. DOI <https://doi.org/10.21747/21836671/page13a17>
- (1998). *O acesso à informação nos arquivos*. Vol. I. Tese de doutoramento. Universidade do Porto. Portugal. <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435.pdf>
- (2006). O ensino da paleografia e da diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista. *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor José Marques*, 1-8. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1244.pdf>
- (2008). *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial. a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*. Porto: Cetac.Media, Edições Afrontamento.

- Santos, Maria José Azevedo (2000). *Ler e compreender a escrita na Idade Média*. Lisboa: Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Silva, Armando Malheiro da; Ribeiro, Fernanda; Ramos, Júlio; Real, Manuel Luís (2009, 2.<sup>a</sup> ed.). *Arquivística. teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento.
- Silva, Armando Malheiro da; Ribeiro, Fernanda (2008, 2.<sup>a</sup> ed.). *Das “ciências” documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento.
- Vivas, Diogo; Oliveira, Silvana Roque de (2015). Os Encontros de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1965-1983). Estudo histórico e bibliométrico. *Atas do 12.º Congresso Nacional BAD*. Colégio do Espírito Santo, Évora, 1-12. <http://hdl.handle.net/10316/43971>